

## Governo de Filipe Nyusi cortou protecção social básica a mais de 38 mil famílias pobres

Adérito Caldeira em 16 Março 2017



O Presidente que insiste que o povo é o seu patrão decidiu cortar, durante o ano de 2016, o magro subsídio básico (que variam entre 310 e 1500 meticais mensais) de pelo menos 38 mil famílias pobres. Em Moçambique existem mais de 3,3 milhões de famílias na pobreza extrema todavia Filipe Jacinto Nyusi – que sem consultar o seu “patrão” decidiu assumir os biliões de dólares em empréstimos ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM – apenas se propôs, no seu Plano Económico e Social, a garantir a protecção social básica a somente 507.902 agregados.

“O Programa Quinquenal do Governo 2015 – 2019 define como uma das acções prioritárias a garantia da assistência e integração social das pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade”, pode-se ler na Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB) 2016 – 2024.

Aprovada no ano passado, a ENSSB que “propõe medidas, mecanismos e programas que irão possibilitar que cerca de 3,3 milhões de pessoas, vivendo em situação de pobreza e vulnerabilidade, de um universo de elegíveis de cerca de 9,7 milhões sejam mais resistentes às consequências económicas dos choques, riscos sociais, secas, cheias e

outros desastres naturais”.

À partida o Plano Económico e Social(PES) para 2016 não se propunha a alargar o número de beneficiários, das 535 mil famílias moçambicanas que foram cobertas pela protecção social básica em 2015 o Executivo de Nyusi apenas propôs-se a proteger 507.902 agregados.

Entretanto, e na sequência do corte do apoio directo ao Orçamento do Estado(OE) por parte dos Doadores Internacionais, após descobrirem os empréstimos ilegais da Proindicus e da Mozambique Asset Management que Filipe Nyusi, sem consultar o seu “patrão” ou a chamada “Casa do Povo”, decidiu pagar, o Governo cortou não só o dinheiro para os pobres como o número de pessoas vulneráveis a serem assistidas com fundos do OE Rectificativo, parecendo alheio a sua própria Estratégia, que foi aprovada na 5ª sessão Ordinária do Conselho de Ministros.



Na acção “Efectuar transferências sociais aos agregados familiares em situação de pobreza e vulnerabilidade” o balanço do PES de 2016 revela que foram cumpridos os indicadores de transferências monetárias regulares no âmbito do Programa Subsídio Social Básico e de transferências sociais por tempo indeterminado no âmbito do Programa Apoio Social Directo.

Acontece que estas metas cumpridas eram à partida conservadoras, estabelecidas pelo próprio Governo e não alinham com a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica que prevê o alargamento progressivo todos os anos dos beneficiários por forma a cobrir cada vez mais moçambicanos pobres e desfavorecidos.

Por outro lado, dos 79.832 agregados que deveriam receber apoios financeiros, no âmbito do Programa Acção Social Produtiva na componente de trabalho público e apoio ao desenvolvimento das iniciativas de geração de rendimento, só 47.484 foram cobertos no ano passado.

Um dos factores críticos para o sucesso da ENSSB é o “aumento do peso das despesas com a segurança social básica”. “Esta expansão justifica-se, em termos de custo-eficácia, pelos impactos directos e significativos dessa despesa sobre a pobreza e a desigualdade social e pelos seus efeitos indirectos, num sentido de investimento, no desenvolvimento do capital humano e na promoção da produtividade da população pobre e vulnerável”, refere ainda a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica do Governo de Nyusi.

**Moçambique não possui pensão universal para idosos porque benefícios para responsáveis são maiores do que os custos de sistema alternativo**

Aliás estes cortes no apoio aos moçambicanos mais pobres e vulneráveis estão previstos continuar ao longo de 2017, como o @Verdade já revelou, indiferente ao custo de vida que quase duplicou por causa da crise precipitada pelos empréstimos ilegais.



No Orçamento de Estado exercício voltaram a ser alocados apenas 1,7 biliões de meticaís para o subsídio Social Básico, como em 2016; 692 milhões para o apoio Social Directo, que é ligeiramente menos do que os 693 milhões do ano passado; e uns irrisórios 82 milhões de meticaís para a Acção Social Produtiva, contra os mais de 388 milhões que em 2016 não chegaram para todos os necessitados.

Se com mais do que um salário mínimo não é possível viver em Moçambique como é que um idoso, por exemplo, vai sobreviver com um apoio de 610 meticaís?

Uma das acções estratégicas da ENSSB recomenda o “Aumento do valor dos subsídios até pelo menos dois terços da linha da pobreza”. O limiar da pobreza em Moçambique são 3.990 meticaís, dois terços são 2.660 meticaís. Que isto dizer que o subsídio deverá pelo menos quadruplicar!

Estudos do Instituto de Estudos Sociais e Económicos(IESE), sobre a protecção social, sugerem que “Moçambique ainda não possui uma pensão universal para idosos, nem tão pouco está a considerar ou a discutir o assunto, porque os benefícios de um sistema selectivo, discriminatório e assistencialista, para os actores e para os responsáveis pela

sua existência, são maiores do que os custos de optar por um sistema alternativo”.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/61478-governo-de-filipe-nyusi-cortou-proteccao-social-basica-a-mais-de-38-mil-familias-pobres>